

[341]

OS DOIS LADOS (DIVERSOS) DA MESMA MOEDA: EDUCAÇÃO E CIDADANIA

Ariana Cosme, Ana Pérez, Raquel Monteiro e Vânia Cosme

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto

[Resumo] Partindo do entendimento da diversidade e da diferença como propriedades estruturantes da vida em sociedades democráticas o Projecto “A Cidadania Universal: As Acessibilidades”, pretende reflectir sobre a relação indissociável entre Educação e Cidadania, por intermédio da auscultação do que é a diversidade, como também do que podemos e devemos fazer para co-existir de forma social e culturalmente capaz com esta.

O trabalho das Acessibilidades, a partir do vínculo que se estabelece entre a Educação e a Cidadania, faz deste projecto um elemento inovador de perscrutação do que é necessário e essencial para o bem-estar de todo e qualquer cidadão/cidadã.

1. O perfil do Projecto “A Cidadania Universal: As Acessibilidades”

A ideia génese da construção e planeamento do Projecto “A Cidadania Universal: As Acessibilidades”, assenta na necessidade e no dever de lermos e interpretarmos a diversidade e a diferença, enquanto idiossincrasias da vida social e democrática das sociedades que hoje conhecemos. Abarcando, deste modo, os conhecimentos inerentes às Ciências da Educação e os renovados saberes sobre a acessibilidade e a mobilidade, por intermédio do contacto e da troca de informações com a empresa ProAsolutions.pt, é-nos possível, hoje, falar de Educação e de Cidadania, segundo uma inovadora lente de interpretação: a Acessibilidade aos contextos, à informação, à comunicação, à cultura, à educação e à sociedade.

Apresentamos, assim, um projecto que foi acolhido pelo Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, numa parceria com a empresa de arquitectura, gestão de acessibilidade e mobilidade, ProAsolutions, dinamizado por uma equipa coordenada cientificamente pelos Professores Doutores Ariana Cosme e Rui Trindade e que integra três bolsas de investigação. Pela implementação local em cerca de 30 Municípios de todo o País, e pelas formações já realizadas em vários Agrupamentos, podemos afirmar que o Projecto “As Cidadania Universal: As Acessibilidades”, é capaz de mobilizar a reflexão e a acção de educadores/as de infância e de professores/as e dos alunos com os/as quais a iniciativa se desenvolve.

O trabalhar as Acessibilidades, a partir do vínculo que se estabelece entre a Educação e a Cidadania, faz deste projecto, tal como já foi anteriormente mencionado, um elemento inovador de perscrutação do que é necessário e essencial para o bem-estar não de alguns/algumas, mas de todo e qualquer cidadão/cidadã, seja ele/ela detentor (a), ou não, de todas as suas capacidades físicas, sociais e cognitivas. Eis-nos, assim, perante um empreendimento que, para além do seu contributo na transformação do quotidiano que a todos/as diz respeito, pretende, igualmente, promover a reflexão, a interpelação e o questionamento do próprio conceito de Acessibilidades, o qual deixa de ficar confinado às barreiras físicas para se alargar às barreiras sociais e culturais que tantas vezes são edificadas.

Para este projecto, a Acessibilidade traduz-se numa vontade maior de todos e de todas os/as cidadãos/cidadãs poderem caminhar, subir, descer, aprender e viver com qualidade de vida, autonomia, independência pessoal e colectiva, independentemente das suas idiossincrasias físicas, pessoais ou cognitivas.

Esta aposta de crescimento gradual e prolongado quer do indivíduo, quer da comunidade na qual o mesmo se insere, busca o trabalho integrado e global de uma sociedade que projecte no presente as transformações de um futuro igualitário na qualidade e sustentabilidade das condições de vida de todo e qualquer Ser Humano.

O enfoque deste projecto em parceria com os municípios parte da vontade local de quem labora em prol do apoio e da melhoria das condições de vida

das suas populações, desenvolvendo, nesta altura, na comunidade local, o princípio da construção da acessibilidade para todos. O pacote formativo inerente a este projecto realizado em parceria com os diferentes municípios, pretende conhecer a realidade local e, através do seu conhecimento, perceber o que se pode transmitir para que cada comunidade educativa aprenda a reconhecer as incapacidades físicas não como um obstáculo, mas sim como modo real de vida que não tem de ser diferenciado pelos olhos da diferença, mas aproximado à verdade de uma igualdade real de vida para todos/todas.

A aprendizagem de reconhecimento do nosso direito de saber, aprender e edificar saberes, possibilita que projectos como este constituam uma parte essencial das iniciativas de promoção positiva do saber *ser* e *estar* em sociedade e individualmente. Formar para crescer seja qual for a idade, o credo, a etnia ou o género, formar para sermos nós com os outros em defesa de direitos que são de todos nós.

Segundo e seguindo esta vertente de operacionalização conceptual, a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto desenhou, este projecto de formação, em articulação com a empresa ProAsolutions.pt, e no âmbito do programa RAMPA – Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade, que é correspondente à segunda geração de planos de promoção de acessibilidade apoiados pelo POPH, no âmbito da tipologia de intervenção 6.5 – Acções de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas no campo da acção da Deficiência.

Ao terem sido pensados como aliados, a Educação e a Cidadania, inflectem neste projecto as dinâmicas de leitura e reflexão do social e do educativo, essenciais para o impacto real deste projecto de formação e de investigação. O trabalho, o diálogo e a colaboração com educadores/as de infância e professores/as, objectivam, em primeira e última instância o trabalho, o diálogo e a colaboração com toda a comunidade educativa, na qual alunos/as, auxiliares de educação, encarregados/as de educação e pais podem entrar em contacto com os conhecimentos, reflexões e trabalhos que são devolvidos por intermédio da mensagem formativa que este projecto pretende passar.

1.1 O Rosto da Oferta Formativa

As narrativas deste projecto não podem ser desligadas, do que entendemos ser e fazer formação. Encaramos, nesta primeira fase, de operacionalização e de construto, como crucial o perceber-se o porquê e como da formação nos espaços reais de trabalho de um projecto que ambiciona formar, investigar e crescer, ele mesmo, dentro destes dois respectivos pólos.

O encontrar na formação contínua de professores *“uma valorização das práticas pedagógicas dos educadores e dos professores nos respectivos estabelecimentos de educação e de ensino e a garantia de condições de acesso a uma formação de qualidade, com especial destaque para modalidades formativas que possam dar o devido relevo a uma formação centrada na escola e nos projectos aí desenvolvidos”* (Ministério da Educação, 1992, p. 1), válida e afirma, os objectivos e as projecções de requalificação, validação e aquisição de saberes que se apresentam como formas reais do trabalho dos educadores/as e dos professores/as no seu quotidiano profissional, bem como no dia-a-dia da própria comunidade educativa e, assim, da própria Escola.

A formação, mais do que um veículo de informação, representa um motor impulsionador do indagar, do interpretar, do reflectir e do questionar, representa um tempo e um espaço, dentro da profissão docente, capazes de promover não o peso de mais uma horário a cumprir, mas a pesagem positiva do reconhecimento de uma profissão que todos os dias tem o poder de transformar mentalidades e atitudes de alunos/as face a todas as representações que estes/estas detém de um “eu” e de um “nós” educativo e social.

Orientada por um sentido de polivalência tanto da profissão e acção docente, como do campo de trabalho da formação contínua, a equipa deste projecto equaciona *“o reconhecimento da heterogeneidade dos alunos, entendida como um factor de gerir e de valorizar, mais do que um acontecimento negativo ou um facto a aceitar de forma condescendente e resignada”* (Cosme, 2009, p. 7), o que por sua vez, permite que tanto a Educação, como a Cidadania, ganhem lugar central nas origens de um pacote formativo, que assentando na temática das Acessibilidades, pretende reequacionar

o lugar da diversidade, da diferença e da igualdade de oportunidades. Estando sempre conscientes que as exigências profissionais de educadores/as e professores/as, são cada vez mais e mais complexas, e que, tal como nos indica Ariana Cosme, *“as transformações das sociedades e das escolas no mundo contemporâneo a isso obrigam quer porque os professores não poderão fugir a essa realidade profissional quer, ainda, porque o trabalho a realizar passa, eventualmente, a poder ser objecto de uma maior gratificação pessoal e social, decorrente quer dos novos sentidos que os próprios professores poderão atribuir ao trabalho que realizam quer do reconhecimento explícito, ou assumido, de forma diferida, por parte dos alunos face a esse trabalho e a esses resultados”* (idem).

Passa precisamente, pela confirmação destas realidades, que na formação alcançamos uma dimensão certa e capacitadora das competências da acção docente, perante os desafios e as potencialidades encontradas no hoje da escola e da vida dos/as alunos/as. Permitir a formulação de directrizes, que estando assentes no núcleo da Educação e da Cidadania, não negligenciem as especificidades e motivações de uma profissão (a docente), marcam o rosto da oferta formativa pensada e construída por este projecto.

Tais raciocínios orientadores de trabalho, parecem consagrar-se no decreto-lei n.º 249/92 de 9 de Novembro, inserido, no regime jurídico da formação contínua de professores, ao ser afirmado que o mesmo decreto-lei se assume *“como um contributo para a construção de uma nova perspectiva e de uma nova filosofia para a formação contínua de educadores e professores, dando especial realce à valorização pessoal e profissional docente, em estreita articulação com o trabalho que desenvolve a nível do seu estabelecimento de educação ou de ensino. É neste quadro que se desenvolvem as finalidades da formação, realçando-se, entre elas, a melhoria da qualidade de ensino e das aprendizagens e o estímulo aos processos de mudança ao nível das escolas e dos territórios educativos em que estas se integram”* (Ministério da Educação, 1992, p. 1).

Ao ser pensada, em simultâneo, esta noção de complexidade da acção e da profissão docente (Formosinho et al, 2010, p. 77) perante a, também, cada vez maior complexidade do que se entende

pelo social e desafios a ele inerentes, o próprio registo do pacote formativo elaborado não poderia ficar-se pelo vago e pelo redundante, ou seja, acreditamos que a *“formação de professores deve associar-se a processos de mudança nos contextos de trabalho”* (Formosinho et al, 2010, p. 74).

Assim sendo, e tendo em conta a parceria estabelecida entre a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, o Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) e a empresa ProAsolutions.pt, e ainda a orientação político-legal e cidadã para as questões da Acessibilidade, orientação esta que objectiva no imediato do presente séc. XXI uma urgência ao acesso de todos e de todas à informação, ao conhecimento e à formação neste área de necessidade quotidiana, relevou-se como que imperativa e essencial a formulação de um pacote formativo capaz e capacitante de competências, valências e potencialidades da profissão e da acção docente. Tudo isto, segundo a máxima de que uma sociedade acessível a todos/as e para todos/as é possível e passível de ser (re)criada.

Trabalhamos assim, seguindo a necessidade da incrementação de *“uma nova perspectiva e uma nova filosofia para a formação contínua de professores que tenham sobretudo em conta a valorização dos docentes em estreita articulação com o trabalho que desenvolvem nas suas escolas”* (Ministério da Educação, 1998, p. 31), uma vez que temos como ponte essencial de ligação ao nosso trabalho enquanto formadoras, a verdade de que *“o desenvolvimento de novas modalidades de formação contínua, nomeadamente **projectos, círculos de estudos e oficinas de formação**, assume particular relevância como instrumento estratégico na construção da qualidade educativa”* (idem).

Apreende-se, desta forma, a aposta real numa formação capaz de ser multiplicadora de mentalidades, comportamentos e acções face ao quotidiano profissional, social e educativo que impera em torno do que se conhece por comunidade educativa, ou seja, o rosto formativo deste projecto detém o implícito do *espalhar* da palavra, do conhecimento e das acções, ao assim, assumir a responsável agência de alunos/as, encarregados/as de educação, pais e auxiliares de educação. Pois que,

numa primeira instância, não podemos ignorar que os/as alunos/as, são os grandes dinamizadoras da sociedade, e que se constituem como preciosos veículos de informação, sensibilização e reflexão, ao mesmo tempo que toda a restante comunidade educativa faz proliferar o desenvolvimento de cidadãos e cidadãs capazes de integrar a informação e os conhecimentos que hoje lhes são transmitidos, para que amanhã a mudança já seja símbolo da realidade.

Assim sendo, o Curso de Sensibilização e a Oficina de Formação, que compõem este rosto da oferta formativa, são direccionados para educadores/as de infância e professores/as para que estes/estas se possam converter em multiplicadores/as de acção e conhecimento junto dos/as alunos/as, bem como da restante comunidade educativa.

Deste modo, e no que concerne ao formato Curso de Sensibilização, é proposta uma acção de formação de 3 horas com cada agrupamento dos municípios integrados neste projecto, onde é dinamizada a sensibilização dos educadores/as e dos/as professores/as para os conceitos de Acessibilidade, de Mobilidade, de Diversidade e do que entendemos por Cidadania Universal, sendo também distribuído e explicitado o programa de um Concurso de Ideias, criado pela equipa de formação e que visa o estímulo do sentido de projecto e de criatividade destes profissionais da educação.

Este formato de acção tem por objectivos:

- Sensibilizar e informar para as questões da Acessibilidade, Diversidade e Mobilidade, promovendo o (re)conhecimento de conceitos e saberes sobre as temáticas em questão;
- Promover o estímulo e a capacitação das potencialidades dos/as formandos/as por com relação às temáticas a serem trabalhadas, de modo, a que possa se definir uma linha transversal a toda a comunidade educativa do trabalho a ser realizado e desenvolvido nestas áreas e temáticas de acção.

Concomitantemente ao formato Oficina de Formação, este é composto por 25 horas de formação, sendo 12 horas presenciais em conjunto com a equipa formadora e 13 horas de trabalho

autónomo. Este formato é acreditado pelo Conselho Científico e Pedagógico de Formação Contínua com 1 crédito.

Este formato de acção tem por objectivos:

- Sensibilizar os/as educadores/as e os/as professores/as sobre as questões da Acessibilidade, Mobilidade e Diversidade;
- Fornecer uma série de ferramentas, de trabalho, prático-pedagógicas possíveis de serem implementadas e trabalhadas com alunos/as, para que seja possível um trabalho directo e aprofundado com os conhecimentos sobre as temáticas em questão;
- Promover a interacção e partilha de saberes dos/as formandos/as, criando igualmente bases de racionalização teórica para que, num momento seguinte, seja passível uma aplicação prática por intermédio de diferentes vias de acção, dessa mesma, teoria transmitida e partilhada;
- Construir, por intermédio, da interacção com materiais, dispositivos formativos e informativos e meios de acção prático-pedagógica no que concerne a temática e a realidade teórica-prática do que hoje é Acessibilidade, em relação à Mobilidade e à Diversidade;
- Reflectir sobre a funcionalidade no quotidiano da prática de acção dos educadores/as e dos professores/as e restante comunidade educativa, de tais materiais e dispositivos de acção disponibilizados e accionados por via da Oficina de Formação, quando equacionados no que infere a intervenção educativa.

Em termos gerais e estruturantes o rosto da oferta formativa que constitui este projecto prima pela consciência do *“reconhecimento do hiato existente ente a escola e o mundo da vida, o qual se expressa, entre outras manifestações, através das rápidas e profundas alterações do conhecimento e das tecnologias que, contribuindo para modificar irreversivelmente a nossa vida quotidiana, obrigam as escolas a problematizar as suas exigências curriculares”* (Cosme, 2009, p. 8) e que se apresentam, elas mesmas, e tal como afirma Ariana Cosme, enquanto *“um*

factor incontornável e estruturante da actividade profissional dos professores” (idem). Reconhecimento e factor estes, que validam as vertentes e as temáticas de formação presentes neste projecto, sendo tida como uma mais valia esta consciencialização de que acção e a profissão docentes não podem ser descoradas dos objectivos e metas que formativamente estipulámos.

As Acessibilidades, a Educação, a Cidadania, a Diversidade e a Mobilidade transformam-se em pontos de encontro para momentos de formação, que se enquadram na realidade educativa e profissional das escolas portuguesas, e que se apresentam enquanto *“modalidades que correspondem mais directamente a necessidades emergentes da prática e que valorizam o trabalho cooperativo na busca de soluções e caminhos para uma intervenção profissional mais eficaz”* (Ministério da Educação, 1998, p. 31), procurando esta equipa de formação *“superar uma visão limitada da formação contínua, desligada da acção profissional. Independentemente do impacto na carreira, a formação contínua terá sempre especial importância por representar uma parte integrante, necessária e desejada, da actividade do professor”* (idem).

Sabemos, assim, que do complexo se pode simplificar, e foi partindo desse princípio que através das complexidades presentes na profissão docente, tentámos simplificar por etapas, fases e objectivos de formação, como podemos viver num sociedade e numa escola acessível para todos/as.

2. Os “cérebros”: Educação e Cidadania

Tal como deixámos antever pelo título deste artigo, consideramos a Educação e a Cidadania como conceitos indissociáveis e, simultaneamente, cabais para a leitura das Acessibilidades que desenvolvemos neste projecto. É perante esta coordenação e ligação entre conceitos que nos é possível questionar e reflectir a diferença, a diversidade, a inclusão e as acessibilidades quando pensadas na realidade educativa portuguesa e na acção e profissão docente.

Deve ter-se presente, antes de toda e qualquer aposta num projecto que

envolva e implique a Escola e sua comunidade educativa que, *“em educação, dado que se trabalha com pessoas, e com organizações, com as suas regras e rotinas, os seus hábitos, as suas opiniões e as suas competências, as verdadeiras mudanças só podem ser graduais, participadas, apoiadas e avaliadas. Melhorar a vida das escolas e as práticas educativas exige segurança, estabilidade, liderança e acompanhamento central e local”* (Ministério da Educação, 1998, p. 6). Perante esta afirmação é sustentada a importância e o valor central que a Escola, seus profissionais, actores e agentes, detém no seio das Ciências da Educação, o projecto “A Cidadania Universal: As Acessibilidades”, revelou-se titular de uma resiliente forma de apreender e compreender quais as necessidades e metodologias de trabalhos precisas para um projecto de formação e de investigação desta tipologia.

Ao afirmarmos a vontade de trabalhar com educadores/as e professores/as, e assumindo o trabalho directo com todos os agrupamentos de cada município participante deste projecto, percebemos a importância que o ensino básico possui perante toda a formação dos que hoje ainda temos por alunos/as. Segundo o editorial do Ministério da Educação, de Março de 1998, Educação, Integração, Cidadania, *“desde a educação pré-escolar, não basta aprender, é necessário compreender e saber usar o que se aprende, é preciso que cada criança desenvolva todas as suas capacidades e a sua personalidade, aprendendo regras de convivência social que reforcem a sua integração e a sua autonomia”* (idem), o que vem como que sustentar, reafirmando, a aposta na construção de uma cidadania universal que, aliando a Educação, a Escola e a Cidadania a uma prática acessível das suas existências, objectiva, em última análise, a formação de jovens cidadãos e cidadãs capazes de mais do que aplicar os seus conhecimentos e saberes escolares e académicos, co-existir colectivamente com uma ordem de direitos e de deveres que devem sustentar a igualdade de acesso e sucesso, tanto nas oportunidades, como nas vontades de realização pessoal.

Encaramos e interpretamos a Escola, como instituição e lugar, primordial para a construção e edificação do que se compreende por igualdade, devendo a mesma garantir esse direito e dever de

igualdade, ao mesmo tempo que previne o factor exclusão, apoiando a diversidade e a diferença, e comprometendo-se social e civicamente com todos os elementos que integram a comunidade educativa, e com todos os elementos que integram, esta sociedade, que conhecemos por democrática, deste modo, e reafirmando a mensagem formativa deste projecto, *“as escolas deverão promover as respostas institucionais e curriculares e os apoios educativos que possam dar resposta a todas as crianças e a todos os jovens, procurando evitar a exclusão e o abandono e assegurando aprendizagem e a transição para a vida activa de todos os que não continuem de imediato o seu percurso escolar”* (Ministério da Educação, 1998, p. 20).

Ariana Cosme, no seu livro “Ser Professor: A acção docente como uma acção de interlocução qualificada”, afirma que *“a transformação das representações acerca do que é viver em sociedade, as quais contribuem para complexificar a teia de relações que estabelecemos uns com outros, condição inevitável da vida num mundo marcado pela assunção da complexidade, da contingência e do reconhecimento dos outros como elementos que conosco participam numa comunidade de iguais”* (Cosme, 2009, p.8), revalida as ambições deste projecto ao encarar a Educação e a Cidadania como seus “cérebros”, qualificando e capacitando a Acessibilidade como o “corpo” que pode e deve ser movido por estes conceitos, ao mesmo tempo que também lhes “envia” as mensagens necessárias para que tal movimentação seja bem coordenada e orientada.

Este trabalho que vai além do que é de cariz académico, do ensino superior e do trabalho em formação e investigação, ambiciona interligar-se com a realidade educativa dos mais variados municípios (frisando aqui as especificidades locais de cada agrupamento e de cada escola), apontando e inferindo que a própria *“inovação pedagógica tem sempre um carácter local, podendo a exemplaridade de algumas práticas inspirar a acção de outras escolas e professores, constituindo qualquer prática inovadora uma tentativa bem sucedida de resolução de um problema educativo concreto”* (Ministério da Educação, 1998, p.38). Sendo mais do que um perfil, mais do que um rosto da oferta formativa, fazendo-se constituir por dois “cérebros” e um “corpo”, este projecto

trabalha com e para os outros, de forma acessível, educativa e cidadã.

2.1. O corpo da Acessibilidade

Para que seja possível falar e pensar a Acessibilidade, temos de a compreender, enquanto conceito que não se reduz aos elementos puramente físicos, arquitectónicos e estéticos, mas que abrange todo e qualquer elemento e aspecto da vida em sociedade, desde os serviços à educação. Francesc Aragall, fundador da Design For All, e autor pioneiro no que remete o pensar e executar as questões e dimensões ligadas à Acessibilidade, afirma no seu mais recente livro que *“hablar de accesibilidad es hablar de igualdad de oportunidades. La creación de entornos, programas y herramientas educativas accesibles hace posible que todas las personas independientemente de sus capacidades, pueda acceder a la educación obligatoria y, posteriormente, a la formación escogida para su desarrollo e independencia personal”* (Aragall, 2010, p.13).

Encontramo-nos numa nova era face a este conceito e, assim, face à própria relação para com o modo como percebemos as limitações físicas ou cognitivas, sendo elas permanentes ou temporárias. A Acessibilidade e o vínculo desta com o exercer pleno de uma cidadania e com a implicação total no processo educativo da formação de cada cidadão/cidadã, é bandeira máxima deste projecto e abarca em si, uma projecção igualitária e inclusiva de encarar a Escola e a Sociedade.

Ao podermos definir a Acessibilidade *“como la característica que permite que los entornos, los productos, y los servicios sean utilizados sin problemas por todas y cada una de las personas, para conseguir de forma plena los objetivos para los que están diseñados, independientemente de sus capacidades, sus dimensiones, su género, su edad o su cultura”* (Aragall, 2010, p. 25), estamos a transmitir a mensagem de que a Acessibilidade em si mesma não deve ser de uso exclusivo de quem por qualquer motivo não consegue aceder com normalidade a um produto ou a um serviço. A Acessibilidade é um direito de todo/a e qualquer cidadão/cidadã, e assim ao transformarmos o que nos rodeia, bem como a forma como pensamos e reflectimos em dimensões

práticas e reais do que é Acessível, todos/as os/as cidadãos/cidadãs sairão beneficiados.

Tal pensamento, correlaciona-se na perfeição com o visionar de uma Escola de igualdade de oportunidades no acesso e no sucesso, uma vez que todos/as os/as alunos/as que frequentam este tipo de instituição democrática saem beneficiados com o seu percurso educativo. A gestão acessível dos ambientes em que a Escola se insere, dos seus projectos, do seu currículo, dos seus materiais, é condição essencial para a flexibilidade e priorização de tarefas e actividades de que tanto carece a organização escolar. O próprio Ministério da Educação português afirma que a existência de *“uma visão estratégica para o ensino básico não dispensa, por tudo isto, uma clara aposta na diversificação de respostas educativas e na flexibilização curricular, em todos os ciclos do ensino básico”* (Ministério da Educação, 1998, p. 9).

Mais do que a gestão flexível do currículo, queremos que a Escola e seus profissionais de educação, reflectam o trabalho em equipa em prol de um currículo e de uma Escola, eles mesmos acessíveis, ou seja, não se trata de romper com a realidade educativa já trabalhada e existente no nosso país. Pelo contrário, trata-se de complementar tudo o que tem vindo a ser feito nesse sentido, aprofundando a ideia da *“flexibilização curricular e da organização pedagógica no sentido da adequação do trabalho à diversidade dos contextos e, simultaneamente, da promoção de um ensino de melhor qualidade para todos”* (Ministério da Educação, 1998, p.19) integrada já no *modos operandis* das nossas escolas e do seu pessoal docente.

Assim, ao falarmos de uma Escola acessível, estamos a falar de uma Escola cuja comunidade educativa implicada consegue utilizar e recorrer aos serviços de que esta dispõe de forma autónoma, segura e confortável, possuindo sempre a consideração tanto pelas necessidades comuns, como pelas necessidades mais específicas que possam existir dentro dessa mesma comunidade, e que não mais são do que necessidades presentes e inerentes ao que entendemos por diversidade humana. Aragall, afirma mesmo que a Acessibilidade, *“favorece la práctica educativa y a su vez, las decisiones que se toman para el desarrollo de esta favorece la accesibilidad”* (Aragall, 2010, p. 20),

e é perante este jugo dual, esta relação intrínseca que, neste artigo, intitulamos a Acessibilidade como sendo “o corpo”, ou seja, o conceito Acessibilidade ganha movimento e coordenação motora, ao ser integrado, reflectido e trabalho segundo as linhas de direcção de elementos cruciais do desenvolvimento das sociedades que hoje conhecemos por livres e democráticas: a Educação e a Cidadania.

Colocamos num primeiro plano a importância do reforço do papel dos/as educadores/as e dos/as professores/as como elementos chave do reconhecimento e levantamento de limitações, potencialidades e realidades específicas do seu local de ensino e das relações entre este e a comunidade educativa, como, também, a figura de cabal relevo que estes representam enquanto intérpretes e intermediários de uma mensagem: a da acessibilidade como postuladora da igualdade de oportunidades, impulsionando a certeza da diversidade e a necessidade humana da mobilidade e do bem estar e qualidade de vida, ou seja, *“el equipo directivo y el claustro de profesores deben disponer de las herramientas necesarias para detectar las posibles carencias de los espacios y de los recursos, materiales, programa, contenidos, documentación, herramientas y otros elementos necesarios para llevar a cabo la educación, así como las necesidades específicas del alumnado para poder trasladarlas al organismo competente en cada caso y para coordinar las actuaciones y las propuestas de trabajo que figuren en el Proyecto Educativo”* (Aragall, 2010, p. 20).

Como que em jeito de conclusão e regressando ao pensamento de Ariana Cosme *“o mundo, as pessoas que o habitam e as representações sobre essas pessoas e esse mundo mudaram. As escolas, definem, hoje a sua missão em função de outras finalidades e os estatutos e os papéis que actualmente se atribuem, quer aos alunos, quer aos professores configuram-se em função de outros parâmetros”* (Cosme, 2009, p. 24). Com este projecto, ambicionamos que tais configurações encontrem na Acessibilidade as ferramentas e os instrumentos necessários para uma nova visão, tanto na teoria, como na prática, da Educação e da Cidadania, apostando, continuamente, na diferença enquanto representante das igualdades.

3. Referências Bibliográficas

Cosme, Ariana (2009). Ser Professor: A Acção Docente Como Uma Acção De Interlocução Qualificada. Porto. Livpsic.;

Decreto-Lei n.º 249/92, de 9 de Novembro;

Francesc, Aragall (2010). La Accesibilidad En Los Centros Educativos. Madrid. Ediciones Cinca. Colección Telefónica Accesible;

João Formosinho, Joaquim Machado e Júlia Oliveira-Formosinho (2010). Formação, Desempenho e Avaliação de Professores. Mangualde. Edições

Pedago, Lda. Colecção Educação e Formação;

Ministério da Educação (1998). Educação, Integração, Cidadania/ Documento Orientador das Políticas para o Ensino Básico. Editorial do Ministério da Educação.